

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO AUMENTAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURAS SIMPLES DA ESPÉCIE COM GARANTIA FIDUCIÁRIA DA LOCALIZA RENT A CAR SA

Este documento instrumnto particular, de um lado, como emissora,

LOCALIZA RENT A CAR S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Hernando Monteiro, 1.561, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.970.085/0001-15, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("LOCALIZA")

e, de outro lado, como agente fiduciário

OLYMPIA FIDUCIAR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 502, Flavia 13, Grupo 365, Condomínio Doraville - Barra da Tijuca, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a companhia dos acionistas da 1ª emissão de debênturas da Emissora ("Debênturistas").

reunidos para este o Agente Fiduciário doravante denominado "Partes".

Vem por esta e na melhor forma da direito celebrar o presente instrumento particular de primeiro aumento ou "Aditamento") ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Particular de Debênturas Simples na Espécie com Garantia Fiduciária da Localiza Rent a Car S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "1ª Emissão" e "Debênturas"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1 Este Aditamento é celebrado de acordo com as seguintes autorizações:

- 1 - Assembleia Geral da Emissora, realizada em 07 de abril de 2005 ("AGL"), e
- 2 - Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 06 de maio de 2005 ("RCA").

CLÁUSULA II APROVAÇÃO DO ADITAMENTO

2.1 Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG).

CLÁUSULA III DAS REPLICAS

3.1 – Sendo em vista a redação da RCA, fica alterada o item 1.3. da Descrição de Emissão, que passa a ter a seguinte nova redação:

“1.3 – Esta Emissão de Renda é celebrada de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária da Bancaria, realizada em 07 de abril de 2003 (“AGF”) e com a Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 06 de maio de 2003 (“RCF”).”

3.2 – Fica ainda em vigor o procedimento de *bookbuilding* autorizado pelo Coordenador Líder, em 05 de maio de 2003, que estabelece que as Debêntures serão remuneradas por juros fixos entre 110,5% (cento e oito virgula cinco por cento) da variação da Taxa DI, fica modificada o item 4.8.1 da Descrição de Emissão, que passa a ter a seguinte nova redação:

“4.8.1 – Os detentores terão fixa a juro remuneração, a partir da Data de Emissão, de acordo com o fator nominal, equivalentes a 100,5% (cento e oito virgula cinco por cento) da variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, “over” sobre o que incidirá na forma percentual ou não, haja 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, limitada e corrigida pelo IFTF (“Taxa DI”), no informativo Diário, disponível em via eletrônica no Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ou no jornal *diário*, em outro jornal de grande circulação, de acordo com a forma abaixo:

“4.8.1.1 – Fator DI = 1

onde:

“a) *DI* = remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, conforme definido no 4.8.2 abaixo, calculada com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“b) *DI* = Taxa Nominal Contratada da Debênture no início de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.8.3 abaixo, informado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Resultado das taxas DI Over com uso do percentual aplicado a partir da data de início de Capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme o modo em 4.8.2 abaixo), exclusiva, calculada com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, aplicada da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{i=1}^n \left(1 + (DI_i \times \frac{P}{360}) \right)$$

onde:

“a) *DI* = número total de dias DI Over considerados na atualização, sendo “n” um número inteiro;

Localiza
Onde é fácil alugar um carro

7 - 12% (doze por cento e oito vírgula cinco por cento),

13 - Valor 10 (dez), expressa, em sua totalidade, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, sendo:

$$TD_1 = \left(\frac{TD_0}{100} + 1 \right)^{36} - 1$$

onde:

$x = 1, 2, \dots, n$

14 - Valor 1 (um) deve ser designado pelo CRTIP, válido por 1 (um) dia útil (sexta-feira), válido com 2 (duas) casas decimais.

Operação 5.2:

O valor resultante da expressão $\left(1 + TD_1 \times \frac{D}{100} \right)$ é multiplicado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Então, o produto dos fatores diários $\left(1 + TD_1 \times \frac{D}{100} \right)$, sendo que o cada fator diário é elevado, respectivamente, o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o mesmo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Como os fatores estão em unidades, considera-se o fator resultante "Valor 14" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O Valor 14 deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais atribuído pela unidade responsável pela sua criação.

15 - Foi ainda incluída a alínea "1" no item 6.4 da Escritura de Emissão, com a seguinte redação:

"6 - O valor da remuneração disposto na alínea "a" acima será acrescido de tributos incidentes sobre os rendimentos tributados de Renda Bruta no Plano - RRRF, Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e contribuição para o Plano de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, de aliquotas vigentes na data dos respectivos pagamentos, bem como quaisquer outros que venham a incidir diretamente sobre a remuneração do estabelecido."



CLAUSULA IV DAS RATIFICAÇÕES

1.1. Fica ratificada, nos termos em que se encontraram redigidas, todas as cláusulas, termos, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLAUSULA V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

5.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

CLAUSULA VI DA CONSOLIDAÇÃO

6.1. Em consequência das disposições deste Aditamento, a Escritura de Emissão, tendo incorporado as retificações constantes deste Aditamento, passa a vigorar com a seguinte redação:

CLAUSULA VII AUTORIZAÇÃO

7. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a Assembleia Geral extraordinária da Emissora, realizada em 07 de abril de 2005 ("AGE") e com a Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 09 de maio de 2005 ("RCA").

CLAUSULA VIII REQUISITOS

8.1. RECONHECIMENTO COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E ANBID

8.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (a) na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma prevista na Lei nº 16.185, de 07 de dezembro de 1976, na Lei nº 10.406, de 10 de março de 2002 ("Lei das Sociedades por Ações"), na Instrução CVM nº 400, de 19 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400/03") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes e (b) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID ("ANBID"), nos termos do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Operações Públicas de Emisões de Valores Mobiliários ("Código ANBID").

8.2. REQUISITOS DE PUBLICAÇÃO DA AGENDA AGU

Handwritten signature and initials

12.1. A ata da AGE que aprovar a 1ª Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), e publicada pela Emissora no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" e nos jornais "Estado de Minas" e "Gazeta Mercantil", edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

12.2. A ata da RUA que aprovará determinados termos e condições da 2ª Emissão será devidamente arquivada na JUCEMG e publicada no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" e nos jornais "Estado de Minas" e "Gazeta Mercantil", edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

13. INSCRIÇÃO DA DESRUBRIÇÃO EMISSÃO

13.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita na JUCEMG para posterior emissão de registro da 1ª Emissão pela CVM, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA II CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

1. VALOR TOTAL DA 1ª EMISSÃO

1.1. O montante total da 1ª Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (prezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 4.1 abaixo.

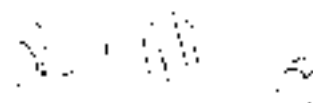
2. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

2.1. Serão emitidas 15.000 (cinco e cinco mil) Debêntures, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma na Data de Emissão.

3. DEBÊNTURES DE LOTE SUPLEMENTAR E DEBÊNTURES ADICIONAIS

3.1. No âmbito da 1ª Emissão, a Emissora outorga a instituição, por uma opção para aquisição de um lote suplementar de debêntures simples, não convertíveis em ações, da forma não revista e estrutural, em série única, da expiração com garantia flutuante, de montante da Emissora equivalente a até 15% do total de Debêntures inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Pública ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida dentro de até 30 (trinta) dias da data da publicação do anúncio de intenção de distribuição de Debêntures ("Anúncio de Intenção"), exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Pública, nas mesmas condições e prazos das Debêntures inicialmente ofertadas ("Opção de Lote Suplementar").

3.2. Sem prejuízo do exercício da Opção de Lote Suplementar, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, excluídas as Debêntures do Lote Suplementar, poderá ser aumentada em até 10% do total das Debêntures objeto da 1ª Emissão ("Debêntures Adicionais").



3.3 - As Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures Adicionais, se colocadas, a serão pelo Coordenador Líder pelo regime de melhores condições, em conformidade com o Contrato de Distribuição.

3.4 - Disposição dos Recursos

3.4.1 - Os recursos líquidos obtidos por meio da 1ª Emissão serão utilizados para pagamento da representação cancelada à Emissora pelo Coordenador Líder em 15 de dezembro de 2025, e para renovação e expansão de sua frota.

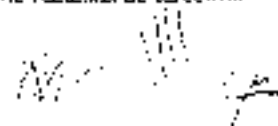
3.5 - Limites da Emissão

3.5.1 - A 1ª Emissão cinge-se aos limites previstos no artigo 94 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que esta o capital social integralizado da Emissora nesta data e de R\$16.150.000,00, que não ultrapassa o limite legal estabelecido no artigo 94, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações para as Debêntures com garantia Real, ou, como tabela abaixo:

| Descrição dos Recursos em R\$ de Dezembro de 2024 | R\$ |
|---|---------------|
| Capital Social | 16.150.000,00 |
| Ativo Total | 150.000,00 |
| Total das Dívidas garantidas por Garantias Reais | 876.265,00 |
| Ativo Líquido menos Total das Dívidas Garantidas por Garantias Reais | 150.000,00 |
| Montante da Oferta sobre Ativo Líquido menos Total das Dívidas Garantidas por Garantias Reais | 150.000,00 |

3.6 - Canais de Comercialização da Distribuição

3.6.1 - As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, (i) para colocação, no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operado e controlado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), e, (ii) para a colocação, no mercado secundário, por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), também administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e (b) do Sistema de Negociação BOVESPA FIX e SOMAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA - "BOVESPA FIX" e "SOMAFIX", respectivamente), sendo nestas duas últimas hipóteses os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBL"), segundo suas normas e procedimentos. Não existem reservas antecipadas, nem fixação de Loses mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da 1ª Emissão, com expressa autorização da Emissora, organizando grupo de distribuidores, tendo como público-alvo pessoas físicas e jurídicas e investidores institucionais, tais como instituições financeiras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, seguradoras e demais administradoras de recursos de terceiros.



3.0.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da 1ª Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a integralização do prospecto da 1ª Emissão ("Prospecto Definitivo", o "Prospecto Definitivo" e o "Prospecto Definitivo" em conjunto, "Prospectos"), nos termos da Instrução CVM 350/2003.

3.1. Banco Montaguário e Escrituradora

3.1.1. A Localiza S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissão perante as entidades regulamentadas do mercado secundário para negociação das Debêntures, e também a instituição escrituradora das Debêntures ("Banco Montaguário e Escriturador").

CAPÍTULO IV CONDIÇÕES DAS DEBÊNTURES DA 1ª EMISSÃO

4.0. Objeto e Duração

4.0.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de abril de 2020 ("Data de Emissão").

4.1. Forma de integralização e prazo de integralização

4.1.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal líquido recebido da integralização total, conforme definido no item 4.1. abaixo, sendo a Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.1.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP, CUBIC ou na sede da Emissora ou, ainda, por meio de instituição financeira contratada.

4.2. Valor Nominal das Debêntures e Remuneração

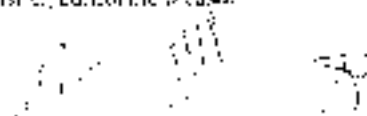
4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais ("Valor Nominal Unitário")).

4.2.2. As Debêntures terão a remuneração descrita no item 4.3. desta Escritura de Emissão ou "Remuneração".

4.3. Sistema de Pagamento

4.3.1. No mercado secundário, as Debêntures terão afimidade a negociação no Sistema Nacional de Debêntures - SND ("SND"), administrado pela ANOMIA sendo os negócios realizados na CETIP e no BOVESPA-FIX e SOMAGIX, sendo os negócios liquidados ex-S.M.L., segundo seus próprios procedimentos. As Debêntures submeterão-se às regras e condições de compensação e liquidação da CETIP ou da CUBIC, conforme o caso.

4.4. Classificação e Faturamento



4.1.1 As Debêntures serão anônomas, não conversíveis em ações, e terão a forma nominativa genérica.

4.1.2 Não serão emitidas cartilhas representativas das Debêntures. Para todas as fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Nacionário e Inscripções. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o relatório de posição de ativos expedido pelo SNDI, acompanhado de extrato em nome da Debitrizante, emitido pelo departamento financeiro responsável pela custódia desses títulos quando depositados na CETIP. Para as Debêntures depositadas na CIBLC, será emitido pela CIBLC extrato de custódia em nome da Debitrizante, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.2 Forma

4.2.1 As Debêntures serão emitidas na espécie com assinatura eletrônica.

4.3 Prazo de Vencimento

4.3.1 O prazo das Debênturas é de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de emissão, ou até o primeiro dia 01 de abril de 2030 ou “Data de Vencimento”.

4.3.2 Na data de Vencimento a emissora se obriga a proceder ao pagamento integral, em uma única parcela, das Debênturas que ainda se encontrarem em circulação, pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da última data de pagamento de Remuneração até a data do efetivo pagamento.

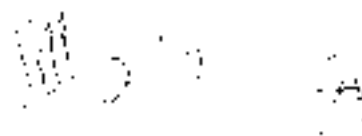
4.4 Atualização das Debênturas

4.4.1 As Debênturas terão por ajustes remuneratórios, a partir da Data de Emissão, o seguinte: sobre o Valor Nominal, equivalente a 100,33% (cento e oito virgula cinco por cento) da variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia “over” extra tempo, expressa na forma percentual ao ano, base 360 (trezentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP (<http://www.cetip.com.br>), no Informativo Diário, disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>); e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional de segunda-feira, de alta circulação, de acordo com a fórmula acima.

4.5 Substituição

4.5.1

4.5.2 O Valor da Remuneração, devido no final de cada Período de Capitalização, conforme definido em 4.4.2, abaixo, arredondado em 0,0001 (quatro casas decimais), será aporcionado:



VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.8.3 abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Fator de taxa DI Over com taxa de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de Pagamento da Remuneração (conforme definida em 4.8.2 abaixo), exclusiva, calculada com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, segundo da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \left[1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right]$$

Onde:

taxa taxa de taxa DI Over consideradas na monetização, sendo "a" um número inteiro;

$P = 100,514$ (cento e cinco virgula cinco por cento);

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, sendo:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

Onde:

$\text{DI}_k = \text{DI} + \text{DI} \times \text{DI}$

DI = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

0,005 = 0,5 (meio);

O valor resultante da expressão $\left[1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right]$ é considerado com 16 (dezoesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Então, o produto dos fatores diários $\left[1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right]$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezoesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(Assinatura)

Para que os fatores estejam generalizados, considere-se o fator constante "Taxa DI" com 8 casas decimais, com arredondamento.

4.3.3.1 - A taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.3.3.2 - A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Aniversário (ou da Data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração"), sendo que a última Data de Pagamento de Remuneração deverá coincidir com a Data de Vencimento das Debêntures. Desse modo, a primeira Data de Pagamento de Remuneração será em 01 de outubro de 2005, a segunda Data de Pagamento de Remuneração será em outubro de abril de 2006 e as Datas de Pagamento da Remuneração subsequentes serão em mesmos dias 01 de abril e 01 de outubro das atas subsequentes, até a Data de Vencimento.

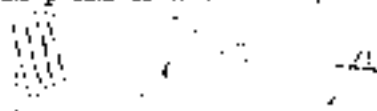
4.3.3.3 - Entende-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Aniversário, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte, exclusive.

4.3.3.4 - Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.3.3.5 - Se, na data de vencimento de quaisquer pagamentos relativos às Debêntures previstas nesta Escrita de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devida nenhuma compensação entre a emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável, se a divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicando-se a Taxa DI nos termos abaixo quanto a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.3.3.6 - No caso de extinção, ausência de atualização ou de divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada ou da data em que foi verificada a impossibilidade de sua aplicação, comunicar o caso, convocar Assembleia de Debenturistas para a deliberação de um novo acordo com a Emissora, observada a Decisão Consórcio BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2002, com regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

4.3.3.7 - Caso, durante a Assembleia de Debenturistas prevista no item anterior não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representados, no prazo de 90 (noventa) dias contados, por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição.



calculará *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da Última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. Para fins de cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem adquiridas nos termos deste Item, para cada dia da período em que a taxa de juro das taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9 - REPRESENTAÇÃO

4.9.1. Será praxeiro do disposto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, por sua representação das Debêntures.

4.10 - ANTECIPAÇÃO

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em uma única parcela na Data de Vencimento.

4.11 - PAGAMENTO ANTECIPADO FACULTATIVO

4.11.1. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 1ª Emissão.

4.12 - ACQUISICÃO FACULTATIVA

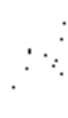
4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Última Data de Pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste Item, quando reconhecidas no mercado, terão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

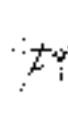
4.13 - DESEMPENHO DA AGÊNCIA

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 e 4.13.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá velar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas as Debêntures e exigir o devido pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, conforme disposto no item 4.14.1, abaixo, até a data do seu devido pagamento, independentemente de qualquer aviso, interpretação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

4.13.1.1. falência da Agência, pedido de falência não elidida no prazo legal ou pedido de recuperação judicial assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento de mesma natureza, da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora;







rendas, terá a aquisição, quando aplicável, mediante a compra do veículo em questão com os três trimestres imediatamente anteriores;

(ii) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,75;

Onde:

"**Dívida Líquida**" significa o valor calculado em bases consolidadas igual (a) a soma do passivo menos as aplicações financeiras, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, bem como das mútuas com partes relacionadas e (b) a soma do líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações derivativos), (b) a eliminação das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata) e títulos e valores mobiliários;

"**EBITDA**" significa o valor calculado em bases consolidadas igual ao lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo a um período de doze meses (calculado nos termos do artigo deste manual, antes da contribuição social e imposto de renda, ou diminuindo das receitas e (b) acrescida das despesas geradas pelos resultados não operacionais e pelos resultados financeiros, bem como das despesas de depreciação e amortização. Para fins desse cálculo, o resultado da venda de veículos é operacional;

(iii) O índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 1,50;

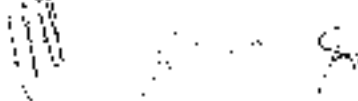
Onde:

"**Despesas Financeiras Líquidas**" significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência no longo dos últimos doze meses, deduzidas das receitas financeiras calculadas pelo regime de competência no longo dos últimos 12 (doze) meses em bases consolidadas;

aquisição, dissolução ou extinção da Emissora;

- (v) ocorrência de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo ou de fato de natureza adversa e relevante as Debêntures;
- (vi) a entidade principal da Emissora cessa de ser o aluguel de carros e similares do terreno relacionado a aluguel de carros;

a distribuição ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, se estiver em mora



e em as obrigações previstas nesta Escritura, respectiva, emmetendo a possibilidade de divida no mínimo obrigatório previsto no art. 267 da Lei das Sociedades por Ações.

- (ii) o cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, suas controladas ou subsidiadas, em valor unitário ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Sentença e a data de sua apuração) ou o seu equivalente em outras moedas;
- (iii) transferência, em qualquer forma, caso ou promessa de ceder a terceiros das direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura, sem a previa aprovação do Agente Fiduciário, como representante dos Debênturistas.

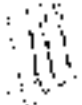
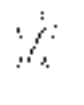
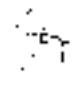
4.13.2. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f) e (g) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, quais sejam, as alíneas (h), (i), (j), (k), (l), (m) e (n), o Agente Fiduciário deverá comunicar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia de Debênturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.3. No que se refere às alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (m) e (n) do item 4.13.1 acima, caso não haja acordo entre os Debênturistas e a Emissora na Assembleia de Debênturistas mencionada no item 4.13.2 acima ou (ii) caso não haja deliberação em tal Assembleia de Debênturistas, inclusive por não instalação desta, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item 4.14 abaixo, e menos que, após a convocação da tal Assembleia de Debênturistas, Debênturistas que representem pelo menos 10% das Debênturas em Circulação, conforme definido no item 7.7 acima, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. Supõe-se na hipótese haver o vencimento antecipado das Debêntures.

4.14. PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES DAS DEBÊNTURAS ANTECIPADO

4.14.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço comercial da Emissora, à XX dessa Escritura de Emissão, sob pena de, em todo o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.17 abaixo.

4.15. CARTA DE VENCIMENTO

4.13.1 Os pagamentos a que dão origem as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conjuntamente com (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela CVM, para as Debêntures registradas no BVMF/SPA FTX ou no SOMA FTX; ou (b) as regras de títulos de Debêntures que não estejam vinculadas a tais sistemas pelo Banco Mandatário e Escribano, mediante depósito em fundos-gerentes indicadas pelas Debêntures.

4.14 - Prorrogação automática

4.14.1 Considerar-se-á automaticamente prorrogados os prazos para pagamento da eventual obrigação prevista na decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos Devedores, desde que os pagamentos coincidam com feriado nacional, sendo a data de vencimento.

4.15 - Penalidades Multas e Juros

4.15.1 Em caso de inopuntualidade no pagamento pela Emissora, de qualquer quantia em títulos de Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inopuntualidade até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (b) juros moratórios à razão de 1% a.m. (um por cento ao mês) acumulados pro rata temporis e fração; e (c) incidência da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

4.16 - Perda de Voto por Inatidão das Acréscimos

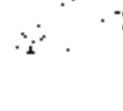
4.16.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1 supra, o não-comparecimento da Emissora para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias a serem pela Emissora, nos atos previstos nesta Escritura de Emissão ou em comunicações publicadas pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração ou qualquer montante no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todos os consequentes os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

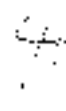
4.17 - Divulgação

4.17.1 Todas as atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses das Debêntures serão divulgados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Estado de Minas" e "Folha de Minas", edição nacional.

4.17.2 A Emissora poderá alterar as formas em que atualmente publica seus atos, decisões e eventuais atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses das Debêntures nos termos do item 4.17.1 acima, por outros jornais de grande circulação, mediante confirmação por escrito do Agente Indutor e a publicação, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais "Estado de Minas" e "Folha de Minas", edição nacional, notificando as Debênturistas de tal decisão.







4.20 - FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ

4.20.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures.

4.21 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.21.1 Cada qualquer Debitentista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, não deverá apresentar ao Banco Mandatário o Escrevedor, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis após a data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ser desobrigado de sacar rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.22 - RESCATE DAS DEBÊNTURES (RESGATE, RESCISÃO, FUSÃO OU Cisão)

4.22.1 A Emissora poderá realizar operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos Debitentistas reunidos em Assembleia de Debitentistas, se for assegurada aos Debitentistas que a desposarem, durante o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de realização das atas de assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures a qualquer tempo.

4.22.2 Os Debitentistas que optarem por resgatar suas Debêntures nos termos desta Lei do emitente manifestar sua intenção, por escrito, à Emissora na forma da Cláusula IX abaixo.

4.22.3 Na data de entrega das quantias da carta enviada nos termos do item anterior, a Emissora deverá proporcionar o resgate das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário mais a amortização acrescida na Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da entrega do resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.22.4 O resgate das Debêntures dos Debitentistas que optarem por devolvido as Debêntures à Emissora dar-se-á (i) através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do Sistema Nacional de Debêntures, no mercado secundário, em relação às Debêntures registradas no SND, ou (ii) de acordo com os procedimentos especificados pela CVM (os quais deverão ser seguidos pelas Agências de Custódia da CVM), em relação às Debêntures registradas no B3/VELSPAFIX e custodiadas no B3.




CLÁUSULA V

CONDIÇÕES ADICIONAIS DA EMISSÃO

4.23 - Assinatura obrigatória:

4.24 - Assinatura do Agente Fianciadora:

- (ii) com a maior brevidade possível, qualquer informação que venha a lhe ser conhecida para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica desta confidencial para a Emissora;
- (iii) as informações veiculadas na forma prevista no item 4.12 acima, na medida em que foram públicas;
- (iv) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.13 acima imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas a Debêntures, nos limites desta Escritura de Fiançada;
- (v) copia de suas Demonstrações Financeiras anuais completas na mesma data em que as demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como das demonstrações financeiras trimestrais auditadas e/ou revisadas pelos auditores independentes, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano;
- (vi) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos em término de cada exercício social, no caso do cálculo dos índices quando do término de cada exercício social e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre social, relatório revisado pelos auditores independentes, explicitando as matérias necessárias à apuração dos índices financeiros previstos na ata (a) do item 4.13.1 acima, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais índices financeiros, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Fiançada;
- (vii) copia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 203/93 e suas alterações posteriores, na mesma data em que forem entregues à CVM e, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, copia de suas informações trimestrais (TRs) e, até 31 de abril de cada ano, copia de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) acompanhadas de parecer dos auditores independentes e
- (viii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devida não pago, individualmente ou em série de operações, exceda R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-MF-CV entre a Data da Emissão e a data de sua ocorrência).
- (ix) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras


  

Atestações e aprovações, previstos no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quanto cabendo;

- vi) convocar, nos termos da CLVM, a VII Assembleia de Devedores para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a 1ª Lançamento, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vii) cumprir todas as determinações emanadas da CLVM, relacionadas com as obrigações, inclusive mediante envio de documentos e prestação, ainda, de informações que lhe forem solicitadas, devendo manter em adequade funcionamento um órgão de atendimento aos investidores na forma prevista pela CLVM;
- viii) a) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM nº 558/07, sobre qualquer alteração substancial da sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que, na opinião da Infissora (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Fidejussão e das Debêntures; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique no desrespeitamento por Infissora de quaisquer termos e condições desta Instrutura de Fidejussão;
- ix) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- x) preparar, em conjunto com a instituição líder da distribuição pública das Debêntures, todos os documentos necessários à obtenção do registro da 1ª Lançamento perante a CVM;
- xi) manter contratos, durante o prazo de vigência das Debêntures, de suas despesas, Banco Mantenedor e Escriturador e Agente Fiduciário, além do SND e do RNM, ISPA, IIR e SIMAFIX, bem como agência de classificação de risco para as Debêntures da 1ª Lançamento;
- xii) manter sua existência ativa e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e permitir ao Agente Fiduciário acesso:
 - i) a todos e quaisquer relatórios de auditor independente entregue a Infissora;
 - ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Infissora, quando autorizada pela Assembleia dos Devedores;
- xiii) apresentar, em forma de anexos demonstrações financeiras e exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM,



- (k) conduzir todas as operações com partes relacionadas de acordo com as políticas atuais que regem tais relações;
 - (l) e manter imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação da rating concedida à Emissão, comprometendo-se a submeter imediatamente a Emissão à revisão e avaliação pela agência de classificação de risco, durante todo o prazo de vigência das Debênturas, nem como divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue seu relatório com a respectiva sumária de classificação de risco das Debênturas; e
 - (m) e manterar a VCM relatórios e símbolos de classificação de risco das Debênturas que tenham sido preparados por agência de classificação de risco, nos termos da prática normal.
- § 2º - A emissora obriga-se a ressarir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que sejam razoavelmente incorridas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.
- § 2.1 - As despesas a que se refere o item § 2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:
- (a) substituição de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
 - (b) viagens de negócios;
 - (c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções, desde que os valores relativos a essas despesas estejam limitados àqueles atribuídos pelo emissor aos seus próprios empregados, para seus viagens e hospedagens; e,
 - (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou permissões que vierem a ser necessários, de conformidade aplicáveis com observâncias nas informações pertinentes aos e/ou interesses dos Debenturistas.
- § 2.2 - O credor do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses e a realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido salda no tempo determinado no § 2.1 acima, será credoreiro à dívida da Emissora e preferirá os Debenturistas no orden de pagamento.
- § 2.3 - O registro em nome das despesas será efetuado em até 5 (cinco) dias da entrega à Emissão dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessária à proteção dos direitos dos Debenturistas.


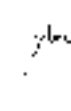
  

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissão nomeia e constitui a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da 1ª Emissão, que negocie em e no melhor forma de direito, dentro a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representando perante a Emissão os interesses da comunidade dos Devedores.

6.2. O Agente Fiduciário dos Devedores, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- (i) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todos seus cláusulas e condições;
- (iii) não estar, no momento de estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 24, de 24 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 24"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (iv) não ter qual quer ligação com a Emissão que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (v) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (vi) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido pagantes todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários para delegados para assinar em seu nome as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandantes, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (viii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, executível de acordo com os seus termos e condições; e
- (x) reconhecer os limites de emissão previstos no artigo 86 da Lei 6.466/76

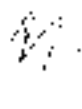
  = 

9.1 - O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou até sua efetiva substituição;

9.2 - Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis a esta Escritura de Emissão:

- (i) parcelas trimestrais de R\$60.000,00 (seis mil reais), devidas a primeira na data de assinatura desta Escritura de Emissão, sendo que a primeira parcela trimestral terá o valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), devido ao desconto da parcela final da série (bônus);
- (ii) parcela única de R\$ 2.100,00 (dois mil e quatrocentos reais), a título de compensação da comissão, devida quando da aceitação da proposta para prestação de serviços ao Agente Fiduciário, a ser paga 3 (três) dias após a análise e emissão dos pareceres do Agente Fiduciário sobre a Escritura de Emissão, observado o disposto na alínea (a) acima;
- (iii) a remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da alínea (i) acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-MFIV no, da Fipe, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir de 1º de dezembro de 2014;
- (iv) a remuneração prevista na alínea (i) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobertura de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (v) no caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a recorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis a esta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto no item 5.2.3 acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, nos termos desta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custos judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais em que o Agente Fiduciário venha a recorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas serão igualmente suportadas à aprovação e, se for o caso, suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembursáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento devida por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;



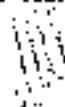




- a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28;
 - não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadas e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora;
 - a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma dos itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 acima;
 - os casos de remuneração disposta na alínea "f" acima serão acrescidos os tributos incidentes sobre os honorários (Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, contribuição para o Plano de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cotin) as aliquotas vigentes na data dos respectivos pagamentos, bem como quaisquer outros que venham a incidir diretamente sobre a remuneração ora estabelecida;
- 6.2. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:
- a) proteger os direitos e interesses das Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - b) renunciar a função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de que qualquer outra modalidade de atuação;
 - c) conservar, em sua guarda, toda a documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - d) verificar, ao momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Fimista, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e demais defeitos que tenha conhecimento;
 - e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Fimista e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades provenientes nesses documentos. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário os instrumentos e documentos necessários ao devido registro;
- acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando as Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- 1.2) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de negociações nas condições das Debêntures;
- 1.3) solicitar, quando julgar necessário, para o fim de conhecimento de suas funções, condições atualizadas dos distribuidores-chave, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública da fora da sede da Emissora;
- 1.4) solicitar, quando considerado necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- 1.5) convocar, quando necessário, Assembleia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos jornais indicados no item 4.19.1 desta Instrução de Classe;
- 1.6) convocar a Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- 1.7) apresentar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 131, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual erro ou falha na inventário de que tenha conhecimento, comida nas informações divulgadas pela Emissora no âmbito, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando as indicações contábeis, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, principalmente aquelas descritos na alínea (a) do item 1.13.1 acima;
 - (d) posição na distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) respectiva amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizadas no período;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 1ª emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Instrução de Classe;
 - (i) se for o caso, sobre sua aptidão para continuar no exercício do cargo de Agente Fiduciário.







em) Colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento da exercício social da Emissora, no mínimo nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por este indicado;

(iii) no CVM;

(iv) nos Balcões de Valores e Mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora; e

(v) nas consequências da instituição financeira que liberte a emissão das Debêntures da 1ª Emissão, conforme por esta indicado;

publicar, no site da Emissora, nas formas indicadas no item 4.19, desta Escritura de Emissão, avisos comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (ii) acima;


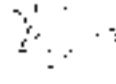

f) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante manutenção sistemática de informações à Emissora e ao Banco Mandatário e Eventualidade;

g) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;

h) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e

i) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplência, pela Emissora, de obrigações assumidas nessa Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada ao CVM e às Bolsas de Valores no mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível, notificar indiretamente os Debenturistas, o Agente Fiduciário terá publicar a comunicação de que trata esta alínea (i) nos jornais e na forma indicada no item 4.19 desta Escritura de Emissão;

1.10. Faltando o disposto no item 4.13 acima, no caso de inadimplência da Emissora, o Agente Fiduciário adotará todas as medidas judiciais ou extrajudiciais para proteger os interesses dos detentores da comunidade dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- a) do 1.º, por antecipadamente vendidas as Debêntures nas hipóteses postuladas nesta Instrução de Intenção e cobrir seu principal e acessórios observadas as condições da presente Instrução de Intenção;
- b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, e;
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora.

4.15.3. Reservado o disposto nos itens 4.15.1 e 4.15.2, o Agente Fiduciário somente se exonerará por inabilitação pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d), e (e) do item 6.6 acima, se convocada a Assembleia de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da totalidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese de que não a alínea (e) do item 6.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

4.16. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância da função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário e ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias após o término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto, provisório, enquanto não se constituir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à empenhada para o Agente Fiduciário.

4.17. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à 1ª Função, não-convicção de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

4.18. A convocação dos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e a nomeação de seu substituto, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

4.19. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração prevista pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada pro rata temporis a partir da data de início do exercício de sua função como Agente Fiduciário. Esta

remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovado pela Assembleia de Debenturistas.

7.4. Por qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a remuneração prevista no CVL e às normas aplicáveis.

7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aprovação da Escritura de Emissão, que tivera ser averbada na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

7.6. Até a conclusão da substituição do Agente fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções de sua efetiva substituição.

7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente fiduciário, este deverá receber a parcela proporcional da remuneração inicialmente acordada sobre a contratação do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do início pagamento da remuneração prevista no item 6.4. desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, no agente fiduciário substituto, sendo a soma da remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

CAPÍTULO VII ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre qualquer assunto de interesse da companhia das Debenturistas.

7.2. A Assembleia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, e pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia de Debenturistas, na que caber, é disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.4. A Assembleia de Debenturistas instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação; em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Nas deliberações em Assembleia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, atribuído a um ou mais titulares, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver prevista qualificação em lei ou na presente Escritura de Emissão.

7.6. Para que possa ser realizada (a) modificação nas condições das Debêntures e demais disposições desta Escritura de Emissão; ou (b) alteração dos arts 4.13.1, 4.13.2 ou 4.13.3, será necessária a aprovação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Para que possa ser realizada (a),

alteração de seu item 7.6, ou (b) alteração de quaisquer condições ou regras de remuneração, rescisão ou amortização das Debêntures, será necessária a aprovação de 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvado o quorum especial previsto no item 4.8.1 desta Escritura de Emissão.

7.7 Para efeito de cálculo das Debêntures em Circulação, previsto no item 7.2 acima, bem como para aferição do quorum de instauração e deliberação a que se refere esta CLÁUSULA VII, o item 1.1.3.4 acima e qualquer Assembleia Geral dos Debenturistas, convocada para qualquer finalidade, não serão computadas as Debêntures que, tal seja de titularidade direta ou indireta, de outorgadas e contratadas da Emissora, ou de seus controladores diretos ou indiretos, seus executivos ou administradores; bem como (iii) sejam detidas pela Emissora em tesouraria. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computadas, ainda, os votos em branco.

7.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias dos Debenturistas.

7.9 O Agente Financeiro deverá comparecer à Assembleia dos Debenturistas e prestar os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitadas.

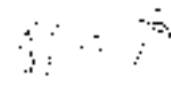
7.10 Fica-se impedida de exercer seus direitos de voto os Debenturistas que, por qualquer motivo, se encontrem em situação de conflito de interesses relativo à matéria objeto de deliberação, e o impedimento permanecerá em vigor durante todo o tempo em que durar o conflito.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÃO DE VIGÊNCIA DA EMISSORA

8.1 A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Financeiro, na esta da Escritura desta Escritura de Emissão, que:


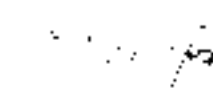
- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a obter todas as licenças e autorizações necessárias a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm todos os estatutos e/ou delegações para assinar, em seu nome, as obrigações ora contratadas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da 1ª Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades





estojam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento ou ato da Emissora ou de qualquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades; (iv) não irá resultar (i) um vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) cancelo de qualquer ônus ou garantia sobre qualquer ativo ou bens da Emissora, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (c) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- (d) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentações, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autorizadas ou tributos, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realiza negócios ou possui ativos, exceto aqueles que estão sendo contestados pelos meios legais ou administrativos apropriados;
- (e) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2002, de 31 de dezembro de 2003 e de 31 de dezembro de 2004, representam corretamente a condição financeira da Emissora naqueles datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil ou com os princípios e métodos geralmente aceitos nos Estados Unidos da América, conforme o caso, não tendo havido na data desta Escritura de Vendas, qualquer alteração relevante (exceto se expressamente mencionada nos Prospectos) nas informações financeiras e patrimoniais da Emissora refletidas nas demonstrações financeiras vigentes a 31 de dezembro de 2004 e o exercício social então encerrado;
- (f) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo na data de início da distribuição das Debênturas (i) contêm informações em relação à Emissora e suas controladas no contexto da 1ª Emissão que são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e riscos em relação às Debênturas; (ii) contêm declarações, em relação à Emissora e suas controladas, que serão verdadeiras, completas e corretas e não serão enganosas ou imprecisas; (iii) incluindo opiniões, análises e previsões (se houver) em relação à Emissora e suas controladas dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; (iv) não incluindo fatos relativos à Emissora e suas controladas ou relativos às Debênturas cuja omissão, no contexto da 1ª Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Definitivo seja incorreta, enganosa ou imprecisa;
- (g) exceto pelas contingências mencionadas nos Prospectos, não há nenhuma ação material, processo administrativo ou arbitral ou inquérito dos quais a Emissora tenha conhecimento que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas, em sua condição financeira, ou em suas atividades;

- a) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, obrigável de acordo com os seus termos e condições, e
- b) a promessa de Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão tem a qualidade prevista no item 3.4 desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA IX
NOTIFICAÇÕES




9.1 – Todos os documentos e as comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, em termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Localiza:
Localiza Rent a Car S.A.
Avenida Almeida Monteiro, 1363
Cidade São Paulo
Declarante – MG
Tel.: (11) 3243-7046
Fax: (11) 3243-7735
At: Sr. Roberto Antonio Mendes

Para a Agência Credenciada:
Banco Real ITVM S.A.
Avenida das Américas nº 500 - bloco 13 - Grupo 205
Cidade de Nova Iguaçu, Barra da Tijuca
CEP: 22640-100
Cidade do Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2493-7803
Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4901
At: Sr. Luiz Carlos Costa
E-mail: lorenzolocaliza@realiz.com.br

Para Banco Administrador e Escriturador:
Banco Real S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 767, 9º andar
São Paulo - SP
CEP: 04244-902
Tel.: (11) 5029-0317
Fax: (11) 5029-0917
E-mail: localiza@realiz.com.br
At: Sr. José Nelson Carneiro

9.2 – Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos conforme o caso, sob protocolo ou com “Visto de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas

na carta do seu cartão, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes a identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.1. Os arquivos dos documentos enviados por fax-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados no item 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Carta- de-Emissão. Desta forma, nenhuma renúncia, concessão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que cabha ao Agente Fiduciário ante aos Debituristas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissão, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou vertebulância com o inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou prevaleça no incórra a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

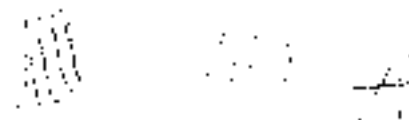
10.2. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irrenunciável, obrigando as Partes e os seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecendo todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura de Emissão constitui a única e integral negação entre as Partes, em relação ao negócio nela previsto, substituindo e superando, totalmente, todos e quaisquer outros acordamentos, memorandos, promessas, cartas e ou semelhantes, assinados antes da data de sua assinatura.

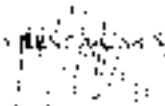
10.5. As Partes declaram, ratificam e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.6. Para efeito o foro central da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões pertinentes oriundas desta Escritura de Emissão."



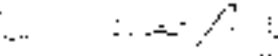
Y QUE ESTARÁN ASSIM JUNTAS E CONTRATADAS. Firmam este Instrumento Particular de
público Autentamento à Escritura de Lançamento de Debêntures Simples da Espécie com
Características da Localiza Rent a Car S.A em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e
pelo Presunível feito juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2005.

Localiza Rent a Car S.A.


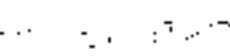
 Nome: Localiza Rent a Car S.A.
 Cargo: Representante Legal

Companhia Local Desembolsadora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

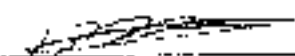


 Nome: Companhia Local Desembolsadora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
 Cargo: Representante Legal

Testemunhas



 Nome: [Illegible]
 RG: [Illegible]


 Nome: [Illegible]
 RG: [Illegible]

